

PMDB articula primárias para conter rebeldes



Discursa pouco antes do início da reunião com outros cinco governadores

Governadores vão fazer lobby para influir na Carta

Recife — Conscientes de que a transição política acaba com a promulgação da nova Constituição, embora isso não signifique, necessariamente, o fim do mandato do presidente Sarney, como fizeram questão de ressaltar os governadores Moreira Franco (RJ) e Waldir Pires (BA), seis governadores do PMDB, do Sul e do Nordeste do País, reunidos ontem em Recife, resolveram tomar uma atitude para que o partido não saia desgastado do episódio: vão formar um lobby, anunciado explicitamente pelo governador Orestes Quêrcia (SP), para garantir a elaboração de uma Constituição moderna que responda aos reclamos da sociedade.

Para tornar mais claro o pensamento de todos, eles resolveram procurar os demais governadores do partido e, numa nova reunião, no Rio de Janeiro, em setembro, divulgar um documento com o pensamento do grupo a respeito de questões políticas e econômicas. No encontro de Recife não se chegou a um denominador comum em termos políticos, segundo um dos governadores presentes, mas o governador Miguel Arraes, encarregado de relatar as conclusões, disse que é pensamento de todos que o País precisa melhor distribuir a sua renda. Garantiu Arraes que a simples batalha por mais recursos para as regiões "acaba favorecendo as oligarquias" se não se tiver certeza de que esses recursos beneficiarão a todos.

Apesar de não terem discutido

Moreira prega mobilização já

O governador do Rio, Moreira Franco, chegou a reunião com uma proposta que tem sido pouco discutida no âmbito interno do PMDB: como será o comportamento do partido depois que a futura Constituição for promulgada.

"Nós do PMDB — explicou Moreira — temos que começar a trocar idéias sobre a possibilidade de unir o partido em torno de uma proposta para depois da transição, que se encerra com a promulgação da nova Constituição. Temos, portanto, de começar a mobilizar o nosso partido em torno de propostas políticas, econômicas e sociais para o futuro.

Outra questão que o governador do Rio trouxe para o debate foi a reforma tributária. Ele disse, antes da reunião, que o PMDB precisa se mobilizar em favor de uma política tributária e fiscal mais justa, porque da forma em que ela se encontra, é impossível fazer as mudanças prometidas ao povo, "por absoluta falta de recursos". Ele afirmou que será mesmo no Rio, no próximo dia 29, a reunião de governadores do PMDB de todo o País, para um exa-

Simon fica fora da reunião

Porto Alegre — Embora não tivesse sido formalmente convidado, mas apenas conversado com alguns dos seis participantes, o governador Pedro Simon disse que só não compareceu à reunião de governadores em Recife por causa da situação difícil que o Rio Grande do Sul enfrenta com as cheias que já deixaram cinco mil desabrigados. Mesmo assim, ele está convencido de que os interesses do Sul referentes à política tributária na nova Constituição, o tema mais polêmico do encontro, não foram prejudicados por sua ausência.

"O Nordeste e o Sul já chegaram a um consenso nas questões

no encontro a sucessão presidencial — "nem pensamos nisso", disse Arraes —, os governadores concluíram que, após a promulgação da nova Constituição o PMDB deixará de ser uma frente para se tornar um partido. E, se não deixar claras suas posições na Constituinte, terá grandes dificuldades para se firmar.

"Achamos que o partido caminha para uma posição de centro-esquerda" — disse Waldir Pires, após o encontro de quatro horas dos governadores no Palácio das Princesas. Tasso Jereissati, do Ceará, garantiu que o PMDB caminha "rapidamente para ser um partido", segundo é pensamento dos governadores, que o PMDB só conseguirá ser forte se partir para um compromisso com propostas claras, defendidas com igual clareza na Constituinte.

Indagado se isso não poderia significar a saída de pessoas importantes do partido, uma vez que haveria dificuldade em se conseguir unir num mesmo bloco os governadores Orestes Quêrcia e Miguel Arraes, por exemplo, Pires afirmou que não: "Esta questão de pessoas deve ser esquecida. O que vale uma pessoa diante de um pensamento comum? Se todos concordarem com propostas claras, porque não conviverem no mesmo partido"? O governador da Bahia nada respondeu, porém, quando a pergunta foi feita a respeito do presidente Sarney. Apenas riu e saiu quando era chamado pelo vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson Campos.

me mais aprofundado sobre o esboço de um sistema tributário que concilie os interesses de todas as regiões do País.

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, também negou qualquer interesse em debater a duração do mandato do Presidente alegando que há temas mais urgentes e mais importantes a serem enfrentados pelo PMDB. Tal como Quêrcia, ele acha que é preciso reagir às tentativas de divisão do PMDB e acrescentou que a agremiação já está madura para deixar de ser "frente" e se transformar em partido político.

"Veja que as possibilidades de união do nosso partido são bem maiores do que a possibilidade de divisão. A medida que o tempo vai passando, vai ficando mais clara uma identificação política e filosófica dos governadores, não apenas do Nordeste, mas também do Centro-Sul do País", afirmou Tasso Jereissati.

A reunião dos seis governadores começou por volta das 14h00, logo após o almoço servido na ala residencial do Palácio do Campo das Princesas.

maiores, as principais, na reunião dos secretários da Fazenda realizada aqui, em Canela. E eu participei. Em Recife, os governadores certamente analisaram as nossas propostas", disse.

Pedro Simon ressaltou que as discordâncias que permaneceram após o encontro de Canela, "foram apenas uma unanimidade, um ponto de convergência numa série de coisas fundamentais". Mas, para a reunião de todos os governadores a fim de definir a questão tributária, que ele disse que deverá ser convocada para logo, no Rio, Pedro Simon garantiu que não irá faltar.

Ulysses cumpre só a rotina

O deputado Ulysses Guimarães teve um dia pouco movimentado ontem, quando assumiu pela sétima vez, interinamente, a Presidência da República. Ele despachou às 15h00 com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e, extra-agenda, com os deputados peemedebistas Ervin Bonkoski, do Paraná, e José Dutra, do Amazonas. Além destes, Ulysses

esteve com os chamados "ministros da casa": Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, e Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. Ele chegou ao Palácio do Planalto às 14h45, permanecendo até às 18h30. Do Planalto, dirigiu-se à granja das Águas Claras, para um jantar com o governador José Aparecido.

O deputado Ulysses Guimarães deve dar, hoje, o aval a duas propostas capazes de reverter a disposição da grande maioria dos descontentes do PMDB de deixar o partido. São elas: a primeira é a realização de eleições primárias entre os filiados do PMDB para a escolha dos candidatos a prefeito, senador, governador e presidente da República; a segunda é a atualização do programa partidário em uma Convenção Nacional a ser realizada no primeiro semestre de 1988.

O deputado Oswaldo Macedo, PMDB do Paraná, autor das propostas, previamente examinadas com vários dirigentes do PMDB — dentre os quais o próprio Ulysses, cujo grupo integra no partido — vai levá-las hoje formalmente ao presidente em exercício da República no Palácio do Planalto.

O deputado Pimenta da Veiga, um dos líderes dos insatisfeitos do PMDB e candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, saudou as propostas como um caminho capaz de

proporcionar o reencontro do partido com seus compromissos históricos. Outro líder dos insatisfeitos, o senador Afonso Camargo, considerou descartada a criação de um novo partido dentro da atual legislação. Ele está examinando a perspectiva de ingressar no PTB com o propósito de resgatar o partido. O ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, também tem a mesma intenção.

Discreção

Na última Convenção Nacional do PMDB, em julho, foi discretamente aprovada uma moção propondo a adoção de eleições primárias para a escolha dos candidatos do partido a prefeito. Na direção do partido, essa é considerada uma alternativa democrática de instrumento autoritário já revogado que assegurava artificialmente a unidade nas eleições municipais dos grandes partidos durante o regime militar: a sublegenda. Mas, para sua viabilização, a legislação partidária deverá ser alterada, autorizando a cada partido a fixação em seus es-

tatutos do processo de escolha de seus candidatos.

Entre os parlamentares do PMDB, a proposta das primárias está sendo bem recebida. A resistência pode surgir justamente dos governadores do partido, empenhados em assegurar uma maioria confortável nas convenções municipais e regionais marcadas para o início de 1988. E que, nas convenções, eles terão influência decisiva na escolha dos candidatos. No sistema de primárias, o peso dos governadores se reduz muito.

O próprio Ulysses Guimarães, apontado por Oswaldo Macedo como favorável às primárias, poderá vir a ser prejudicado em sua pretensão às de ser o candidato do partido à Presidência da República justamente por elas. E que ele demonstrou ter muita força na convenção. Sua candidatura nas primárias seria uma incógnita. O senador Mário Covas, que se considera hoje uma espécie de intérprete do pensamento das bases do PMDB, é francamente favorável ao novo sistema.

Pimenta analisa a crise interna

O líder do PMDB na Constituinte e o ex-líder do PMDB na Câmara, senador Mário Covas (SP) e o deputado Pimenta da Veiga (MG), examinaram, ontem, informalmente, o quadro partidário e a crise interna no partido, decidindo que, a curto prazo, não seria conveniente alimentar o movimento separatista.

Covas e Pimenta consideram mais conveniente um debate interno no PMDB, para um balanço aberto e franco das posições que vêm sendo assumidas, a começar na Assembleia Constituinte, diante da frustração e decepção popular com a atitude do partido, que não estaria, segundo eles, cumprindo os compromissos assumidos com a população, a começar pelo mandato presidencial de quatro anos, para completar a transição.

O senador paulista e o deputado mineiro, em princípio, não estão examinando a possibilidade de deixar o PMDB, mas não fecham questão. Aham que, se dentro de algum tempo, o partido continuar "frustrando" a opinião pública, adotando postura conservadora, poderiam estudar a saída da social-democracia.

Alguns dos dissidentes do PMDB, na mesma posição de Mário Covas e de Pimenta da Veiga, são de opinião que o quadro partidário poderia ser alterado de forma indireta: com a formalização de blocos parlamentares autônomos. Estes blocos seriam reconhecidos no Congresso como bancada, com direito a escolher líder e vice-líderes e horário para pronunciamentos da tribuna.

Outra providência seria a de apoiar sugestão do vice-líder do PMDB, deputado Oswaldo Macedo (PR), de promover eleições primárias no âmbito partidário, para a indicação de candidatos a cargos eletivos majoritários — prefeito, governador, senador e presidente da República.

Governo é fraco, diz Camargo

O articulador da criação de um novo partido à esquerda, senador Afonso Camargo, do PMDB do Paraná, admite que o atual Governo, por motivos políticos, pretenda, conforme afirmou o senador Mário Covas, peemedebista de São Paulo e líder partidário na Constituinte, dividir aquela agremiação. "Mas — ironizou Camargo — se o Governo também quisesse o contrário, isto é, manter o PMDB unido, ele não teria a menor possibilidade de êxito".

O representante paranaense revelou, a propósito, ser impossível, à luz da legislação partidária em vigor, criar o novo partido de esquerda que imagina, juntamente com outros dissidentes do PMDB e de várias agremiações.

"Criar novo partido, para correr ao pleito municipal de novembro de 1988 — reconheceu Camargo — é absolutamente impossível. De mais a mais, não devemos contar com a hipótese de que a atual legislação partidária seja mudada por iniciativa do Governo Federal".

Apesar dessa impossibilidade, Camargo prevê que o PMDB, como última grande frente política existente no Brasil, deverá dividir-se até janeiro do próximo ano, data em que as convenções municipais estarão começando a escolher candidatos a prefeito.

Segundo ele, as correntes derrotadas nas disputas internas deverão tomar novos rumos, pois não poderão conciliar-se em torno de sublegendas, como no passado, pois esse princípio não mais existe na legislação.

Governadores

Para Camargo, a solução, no caso das disputas internas, seria a instituição da norma de eleições primárias, a fim de que o maior número possível de filiados ao partido faça a escolha de candidatos a cargos eletivos, em lugar das cúpulas dirigentes.

Mas a colocação do senador Covas, na entrevista ao JBR, segundo a qual o Governo parece interessado em dividir o PMDB, para impor sua vontade na Constituinte e no processo sucessório, foi considerada razoável e válida por numerosos constituintes daquele partido e do próprio PFL. A propósito, um vice-líder do PFL informou que o Governo vem jogando sistematicamente nessa hipótese, "mas não a médio prazo, como pensa Camargo".

Para corroborar tal opinião, esse vice-líder revelou que, mesmo na área de governadores do PMDB, os descontentamentos em relação ao Governo Federal se fazem mais notórios. O Palácio do Planalto, contou, está preferindo, hoje, ligar-se mais aos prefeitos peemedebistas, porque estes, na verdade, têm maior poder de pressão sobre os constituintes do partido, sobretudo os deputados. Pelo que explicou, esse é o motivo pelo qual os governadores do PMDB vêm recebendo menos recursos federais do que os prefeitos.

Seis anos

Tal comportamento, concluiu o informante, deverá manter-se até meados do próximo mês, quando a Constituinte estará votando as questões mais controversas e de maior interesse do Governo, como o sistema governamental e o mandato de Sarney. Nessa ocasião, no entanto, o quadro deverá inverter-se, para evitar que os governadores passem a atuar contra o mandato de cinco anos de Sarney e contra o presidencialismo. A rigor, um grupo de constituintes que tem ligação com o Planalto, está disposto a impor até os seis anos para o atual presidente, sob um sistema parlamentarista mitigado. Essa, por sinal, foi outra suspeita suscitada pelo líder do PMDB na Constituinte, durante a entrevista por ele concedida ao JBR.

Sessão de hoje

Os constituintes debatem hoje à noite, em sessão extraordinária, o sistema eleitoral e o voto distrital. Até ontem quinze parlamentares estavam inscritos para falar na sessão sobre os dois temas, considerados polêmicos e que dividem bastante a esquerda e a direita.

Centro se reúne

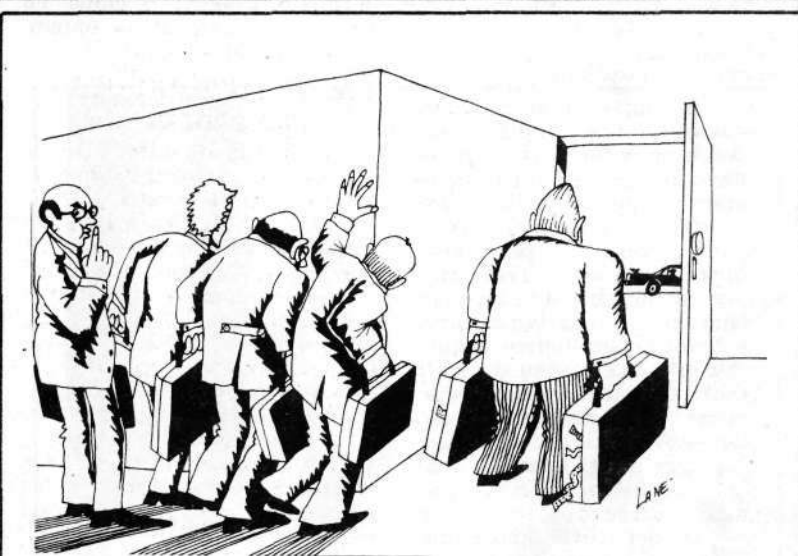
O Centro Democrático do PMDB reúne-se amanhã, às 11h00, em Brasília, para eleger o seu líder, três vice-líderes e o conselho consultivo do movimento. Segundo o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), o objetivo do momento dentro do PMDB é fazer deste uma grande partido de centro. Embora com líder próprio, o Centro Democrático continuará também acatando ao deputado Luiz Henrique como líder da bancada e ao deputado Carlos Sant'Anna, como líder do Governo. Segundo Expedito, o Centro Democrático não aceitará a liderança do senador Mário Covas na Constituinte "por que nesta não existem partidos".

Ambigüidade

Salvador — O líder do PFL na Câmara dos Deputados, José Lourenço, defendeu em Salvador a aceleração imediata do processo de implantação da reforma agrária no País, mas apenas nas terras devolutas dos estados e do Governo Federal. O parlamentar acusou o PMDB de ter uma posição ambígua frente à questão fundiária, o que estaria dificultando a obtenção de um consenso nesse tema polêmico que está em debate na Assembleia Nacional Constituinte.

Delfim ataca

Ao defender uma Constituinte "curta, enxuta e aberta", o deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP) manifestou ontem a esperança de vir a convencer o que chamou de "esquerda retrógrada" de que a economia de mercado é a única forma de se combinar "um pouco de eficiência com um pouco de liberdade". Depois de afirmar que confia no trabalho do relator Bernardo Cabral, Delfim destacou que quer uma Carta Constitucional aberta, ou seja, que não fixe o destino do Brasil, "permitindo que a cada momento o País estabeleça as linhas do seu próprio destino".



Ministros contrariam Presidente e viajam

A viagem do presidente José Sarney ao México provocou uma verdadeira revoada de ministros. Treze deles estão fora de Brasília — cinco acompanham Sarney em sua viagem ao México e os demais despacham nos escritórios de representação do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apenas dois ministros se contram fora deste eixo: Almir Pazzianotto, do Trabalho (está em Rondônia), e João Alves, do Interior, no Nordeste.

O afastamento destes ministros contraria apelo feito pelo Presidente em maio passado. Em telex enviado a todos os ministérios, Sarney solicitara aos ministros que permanecessem em Brasília nos dias úteis e restringissem suas viagens. Em junho, Sarney renovou o pedido, em forma de determinação. Neste final de semana, entretanto, as viagens dos ministros bateram recorde. Até agora, o número máximo de ausência não passava de seis.

Congresso repete Executivo

Habitualmente vazio às segundas-feiras, quando a maioria dos parlamentares ainda não retornou de seus estados de origem, o Congresso Nacional superou ontem todas as expectativas. Mesmo na sessão ordinária da Assembleia Nacional Constituinte o comparecimento foi decepcionante; cerca de 30 parlamentares, embora 147 houvessem assinado a lista de presença.

Porém, outros fatores, que não a segunda-feira, contribuíram para o esvaziamento da Casa. A ausência no Congresso do presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses

Guimarães, foi um deles. Ulysses transferiu-se para o Palácio do Planalto, onde ocupará por quatro dias a Presidência da República, enquanto o presidente José Sarney estiver em visita ao México.

É comum, a cada ausência de Ulysses do Congresso, que as lideranças partidárias também se ausentem. Ontem, apenas dois líderes, o do PDS, deputado Amaral Netto, e do PCB, deputado Roberto Freire, podiam ser encontrados na Casa. Os demais estavam fora de Brasília. Amaral Netto, porém já avisou: viaja sexta-feira próxima e só retorna dia 11 de setembro.